

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 17
 Data 15 de novembro de 1977 Pg.: _____

Prefeito sugere 15/11/77 limite a reservas

Do correspondente em
 CUIABÁ

A proibição pura e simples de qualquer estudo que vise o aumento de áreas das reservas indígenas foi pedida ontem ao ministro Rangel Reis, do Interior, pelo prefeito de Barra do Garças, Vilmar Peres (MDB), no encerramento do 4º Encontro do Oeste Brasileiro. Em resposta, o ministro lembrou que a política do governo é de respeito e dedicação às comunidades indígenas, mas garantiu que todos os aumentos de reservas são precedidos de estudos acurados. Rangel Reis admitiu, porém, que uma redução das áreas indígenas poderá ocorrer, "mas somente no futuro quando as comunidades já estiverem evoluídas e os índios transformados em agricultores ou pecuaristas".

Ao pedir ao ministro que proibisse o aumento das áreas das reservas de Couto Magalhães e Pimentel Barbosa, no município de Barra do Garças, o prefeito informou que os índios possuem um milhão de hectares de terras, "quase o suficiente para eles viverem sossegados".

O ministro do Interior ouviu também, o pedido do prefeito de Aripuanã, Sebastião Otoni, de autorização para a construção de uma estrada ligando a futura sede daquele município a Porto dos Gaúchos, atravessando por 15 quilômetros a reserva dos índios canoeiros, na margem direita do rio Juruena.

Assegurando que em primei-

ro lugar estão os interesses indígenas, "garantidos pela Constituição e definidos no Estatuto do Índio", Rangel Reis fez uma pequena exposição sobre a situação dos 180 mil índios que ainda vivem no Brasil. Segundo o ministro, a tarefa da integração do índio é "tremendamente difícil" e dividiu-os em três categorias: "Os que ainda não têm condições de participar da vida econômica e social da nação e até criam problemas para o governo, principalmente na fronteira, pois não têm sentimento de brasilidade; os que já estão com maior vivência, mas ainda não podem ser emancipados; e os perfeitamente integrados, como os terenas do sul de Mato Grosso".

Rangel Reis disse que se pode pensar na redução das áreas pertencentes aos grupos já perfeitamente integrados, mas acrescentou que isso só poderá ser decidido depois que a Funai fizer estudos profundos sobre o assunto. No final, dirigindo-se aos prefeitos, o ministro afirmou, em tom de advertência, que não admitirá a invasão de "um palmo que seja" das terras indígenas.